Ata da Reunião
Plenária Extraordinária
COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA ALTO TIETÊ
CBH - AT

Aos dez de dezembro de 2007, às 13:30h, reuniram-se no Auditório da CDHU, situado à Rua Boa Vista, 170, município de São Paulo-SP, os Conselheiros, representantes e convidados do CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício CBH-AT, nº 34/07 – Sec. Exec./CBH-AT.

A plenária do CBH-AT deliberou e encaminhou:

O Senhor Presidente do CBH-AT Clóvis Volpi, representando o segmento Municípios, Prefeito Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, deu as boas vindas. Relembrou a importância de todos os representantes com direito a vaga no Comitê estarem de posse da autorização para poderem votar. Maria Emília Botelho, Secretária Executiva Adjunta do Comitê representando segmento Governo do Estado de São Paulo/Cetesb colocou em apreciação a Ata da Reunião do dia trinta e um de outubro de 2007. Gilmar Mangueira da Silva representando segmento Sociedade Civil Organizada Organizada entidade Federação dos Mutuários dos Moradores de Estado de São Paulo-FAMMESP solicitou a inclusão da entidade que representa, Federação dos mutuários dos moradores de Estado de São Paulo-FAMMESP, devidamente eLeita na suplência das Câmaras Técnicas de Planejamento e Gestão, Saneamento Ambiental e Águas Subterrâneas. O Presidente solicitou correção quando da deliberação sobre o recurso para o Alto Tietê Cabeceiras, na votação a mesa não se absteve, votou favoravelmente. Com as alterações acima descritas **foi aprovada a Ata da reunião anterior.**
No item informes da presidência o Presidente disse que os novos cálculos para o repasse dos recursos FEHIDRO aos CBHs do Estado, aproximadamente R$ 44 milhões, para o Comitê haveria um corte de aproximadamente 2 milhões e que "...muitos de nós entendíamos também que isso deveria passar por essa plenária para que pudéssemos antes de votar, que a própria Secretaria definisse uma nova fórmula, pedimos a ele politicamente que não se fizesse absolutamente nada neste ano e faríamos uma discussão do que deveria ser modificado para o ano que vem para ser utilizado na base de cálculo do ano de 2009, o que foi prontamente atendido pelo Secretário e portanto os projetos obedecerão o mesmo critério e as mesmas regras, os mesmos valores, mas é bom que nos preparemos para alguma mudança para o orçamento de 2009". Parabenizou em nome da mesa diretora os trabalhos da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão-CTPG e o GT Lei Específica na elaboração da minuta das Leis Específicas Billings-Tamanduateí e Juquery-Cantareira. Solicitou aos Secretários Executivos dos Sub-Comitês o encaminhamento das Atas das reuniões plenárias, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos, à Secretaria Executiva do Comitê "para que possamos ter um entendimento das discussões realizadas, para que nos auxiliem em um número maior de informações, para podermos conduzir o trabalho com mais tranquilidade, eventualmente na dúvida de algum assunto tratado em algum Sub-Comitê, GT ou CT, podemos fazer consultas antecipadas para as soluções rápidas e não discutir essas questões quando houver alguma disparidade no plenário, para conduzir com mais rapidez.", além do calendário das reuniões. Marco Antônio Palermo, Vice-Presidente representando segmento Sociedade Civil Organizada Organizada entidade Associação BrasiLeira de Recursos Hídricos-ABRH apresentou os informes da Vice-Presidência, "Como foi informado na última plenária a Sociedade Civil Organizada Organizada estará realizando no próximo dia 18/12 às 11h na sede da Agência da Bacia do Alto Tietê a escolha dos Conselheiros que integrarão o Conselho Curador e Fiscal da Agência da Bacia e pediria que a Secretaria executiva registrasse e que nos desse o apoio com sua presença. O outro informe é que estaremos entregando ao Presidente e a Secretária Executiva Adjunta a cópia da carta de São Paulo aprovada no 17o. Simpósio ABRH que consolida uma série de princípios e ações resultantes do Simpósio que reuniu de 25-29/11 1300 especialistas do Brasil e do exterior, com ampla divulgação e participação, e foi coroado de êxito. Solicito à Secretária Executiva fazer a divulgação junto aos membros do Comitê." Pelos informes da Secretaria Executiva, ela informou que encaminhou para CTPG no dia 28/11/07 o ofício DAIA 149/07 referente à Central de Tratamento de Resíduos Leste no Município de São Paulo. O Presidente complementou dizendo que o DAIA solicitou ao Comitê a análise do impacto nos recursos hídricos

“agora parece ser praxe onde houver essa instalação de qualquer tipo de atividade comercial impactando a questão dos recursos hídricos, com uma avaliação e opinião do Comitê”. Para tanto foi criado um Grupo de Trabalho-GT: representando segmento Sociedade Civil Organizada Organizada entidade FIESP/CIESP, ABRH e USP, representando segmento Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Meio Ambiente - SMA, a ser definido o órgão técnico, Secretaria de Saneamento, a ser definido o órgão técnico e Secretaria da Saúde e pelo segmento Municípios as Prefeituras Municipais de Santo André, Mauá e São Paulo. Esclareceu também que a participação nas CTs e GTs estava aberta, “qualquer um pode participar, não há portas fechadas para ninguém.” Do ofício encaminhado à Secretaria Executiva referente a regulamentação da Lei Estadual nº11300, solicitando esclarecimentos sobre o andamento da regulamentação da SMA, e que foi encaminhado à Secretaria Adjunta, ao Dr. Pedro Ubiratan em 07/12/2007 solicitando resposta adequada. Também indicações para o Comitê compor o Conselho Gestor da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade São Paulo, com direito a duas vagas, titular e suplente, sendo indicado a Entidade Cataliza representando segmento Sociedade Civil Organizada Organizada e Secretaria do Meio Ambiente pelo segmento Governo do Estado de São Paulo. Que “Recebemos também o e-mail da Cataliza indicando o Eduardo Coutinho como representante nas CTs CTPG, Cobrança e Acompanhamento dos Projetos Biênio 2007-09, FAMMESP indicando Gilmar Mangueira da Silva titular e Cristiano Dionísio da Silva suplente dos GTs Cobrança, Plano de Bacia, Acompanhamento dos Projetos e Leis Específicas. Recebemos também uma solicitação de inclusão de titular no Alto Tietê na vaga da Instituição Mogilar, porque o Arraes se retirou, e encaminhei para a Vice-Presidência como representante da Sociedade Civil Organizada Organizada para que seja feito o devido encaminhamento. Também de indicação da SABESP para os GTs Cobrança, Leis Específicas, Plano de Bacia e Acompanhamento dos Projetos e também para a Prefeitura Municipal de São Paulo nos GTs Cobrança, Leis Específicas, Plano de Bacia e Acompanhamento dos Projetos na CTPG.”, e convites dos Sub-Comitês para suas reuniões plenárias. Que foi publicado no Diário Oficial do Estado na Ata da reunião plenária ordinária do Comitê do Alto Tietê em 06/09/07 as deliberações 03, 04 e 05 de 31/10/07.” Informou que haveria reunião da Coordenadoria de Recursos Hídricos-CRHi com os representantes dos corpos diretivos dos Comitês pertencentes ao Fórum Paulista para tratar do Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO-MPO com texto disponibilizado no Sigrh. O Presidente anunciou as presenças de Eduardo Trani Coordenador da CTPG, Dr. Pedro Ubiratan Secretário adjunto da Secretaria do Meio Ambiente e Dr. Ricardo Toledo Silva Secretário Adjunto de Saneamento. Comunicou que receberam a indicação de Gilmar Mangueira da Silva para ocupar a vaga deixada pelo representante da entidade Mogilar, o que foi aprovado, além da inclusão de Gilmar Mangueira da Silva e Cristiano Dionísio da Silva no GT Cobrança, Plano de Bacia e Acompanhamento dos Projetos da Lei Específica. Pedro Ubiratan, Secretário Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente introduziu a apresentação das minutas das Leis Específicas Billings Tamanduateí e Juquery-Cantareira, “...que é o desejo de todo o Poder Público e Sociedade Civil Organizada Organizada, óbvio que não existe um texto perfeito, mas o importante é que esse é um ponto importante do processo, essas minutas já passaram pelo Sub-Comitês, vão passar pelo CRH e CONSEMA, no dia 19 próximo, depois pelo Poder Legislativo na Casa Civil e finalmente vão para Assembléia e em todos esses lugares, deve haver oportunidades para aperfeiçoamento do texto. Poderia dizer que da minha experiência na regulamentação do Guarapiranga temos de fazer um esforço para prestigiar tanto quanto possível as deliberações e para fortalecer o Sistema de Recursos Hídricos e a medida em que possamos aprová-lo, acho que é o desejo do plenário, daremos um grande passo para avançarmos nessa questão e para o fortalecimento do sistema. De modo que queria saudar e cumprimentar o Eduardo, foi um esforço muito grande dele, dos companheiros, das Prefeituras, enfim, da própria Sociedade Civil Organizada Organizado demonstrando que esse modelo tripartite tem que ser exercitado e temos que cada vez mais aperfeiçoá-lo.” Eduardo Trani representando segmento Governo do Estado de São Paulo - Secretaria da Habitação disse, “desde a primeira reunião a Comissão vem trabalhando de forma absolutamente anormal porque convocamos reuniões sequenciais durante mais de quinze dias nos diferentes GTs, na CTPG instalamos quatro GTs justamente para acompanhar, e especificamente o GT Lei Específica com a missão de nesse curto espaço de tempo não só examinar e convocar a Sociedade Civil Organizada e seus representantes e aqueles convidados pelo GT para debater as minutas que já haviam obviamente sido longamente discutidas pelo Comitê, então me parece, que

o processo foi o mais democrático possível." A Arquiteta Silmara Martins, Coordenadora do GT Lei Específica representando segmento Municípios pelo Município de Ribeirão Pires apresentou em síntese a minuta da Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais do Reservatório Billings–APRM-B, cuja íntegra encontra-se na Ata completa. Foi esclarecido também, após ampla participação da plenária, que a Lei dispõe do capítulo Competências, definindo inclusive as condições para que os Municípios possam obter o poder de licenciamento, e também as questões que ficarão a cargo exclusivo do Governo do Estado de São Paulo. Contém o capítulo Fiscalização Integrada tentando abordar com o máximo detalhamento dos procedimentos da fiscalização. Domingos Sadalla representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade ABES sugeriu, "um artigo, se é que já não tem, colocado em Lei de forma explícita de apoio ao município, transferência de capacitação Técnica, transferência de recursos, digamos de treinamento, recursos humanos, que a autoridade estadual ambiental de aplicação da Lei, digamos, faça isso como uma meta, da capacitação municipal, isso acho que desonera o Estado de algumas funções que só o Município pode assumir e torna a aplicação da Lei acho que uma coisa mais factível, viável." O Presidente disse, "É uma proposta de inclusão, uma emenda, se não tivermos ainda na Lei, do apoio técnico de capacitação pelo Estado, a parte financeira não podemos fazer por conta de que ao ser preparada a Lei, só parte do executivo a questão do orçamento, não podemos criar nessa Lei, despesas ou receitas, mas podemos mandar um aparte, uma solicitação, embora acho que uma discussão muito maior é sobre o ICMS Ecológico e quem sabe depois de tudo isso a gente possa vir a discutir aqui. A questão da capacitação Técnica estamos adotando..." e o Secretário Adjunto Pedro Ubiratan lembrou que estava contemplado no artigo 106 da minuta "Os representantes dos Órgãos e Entidades Estaduais e Municipais do Grupo de Fiscalização Integrada serão credenciados como Agentes Fiscalizadores pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, promovendo-se sua capacitação Técnica e treinamento prévios, podendo requisitar outros servidores" , sem prejuízo do detalhamento na regulamentação, e também que a Lei tem um capítulo sobre o suporte financeiro, porém que poderiam detalhar na regulamentação. Ainda, Otávio Okano Secretário-Executivo do Comitê - representando segmento Governo do Estado de São Paulo-Cetesb, disse "A Secretaria tem trabalhado isso ao nível dos Municípios, inclusive amanhã o Secretário Xico Graziano estará em Brotas assinando um convênio para que aquele município faça o licenciamento nas áreas das questões locais. E dentro da atividade como um todo a própria Cetesb e a Secretaria tem trabalhado em parcerias com o DUSM, DEPRN, para que as atividades de impactos locais sejam licenciadas no âmbito do Município e para tanto, os órgãos estão preparando no Núcleo do Seplan treinamentos técnicos para essas equipes, colocando todo o corpo técnico, Cetesb, DEPRN, DUSM, para que possa ser feito de uma forma tranquila, sem maiores transtornos, para que o município assuma aquilo que é previsto e lhe é dado o direito de efetuar pelo artigo 23 da Constituição Federal. Então meu querido Sadalla não é preciso ficar tão preocupado porque dentro do projeto da Secretaria e dos Órgãos Ambientais isso é exatamente um dos pontos básicos para que possamos ter sucesso no licenciamento pelos Municípios com a capacitação dos corpos técnicos dos Municípios." Sandra representando segmento Municípios pelo Município de Santo André tranquilizou, "durante todo o processo e na discussão e elaboração da minuta da Lei Específica resguardamos todas as competências dos Municípios". Nélson Pedroso representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade AGDS observou "A implantação do Sistema de Vigilância da Quantidade e Qualidade da Água Bruta, automática e em tempo real de parâmetros físico químicos e alertas disponibilizados por meios eletrônicos. Lembrando que no Sistema Cantareira quando fizemos a outorga conseguimos colocar um novo modelo matemático e alguns sites on-line disponibilizando-o para todo o público na Internet aberta, para a quantidade do rio Piracicaba, para tranquilizar não só a população em geral mas como os técnicos, como nós que trabalhamos com uma responsabilidade bastante grande no Sistema de Recursos Hídricos, mas como a própria minuta da Lei depara com vários artigos em relação ao monitoramento essa observação poderia caber muito mais na regulamentação da Lei. Na verdade são coisas já previstas e nada impede que possa acontecer e posteriormente vir a ser regulamentado." O Presidente solicitou o registro da argumentação "que nos ajuda a complementar a regulamentação da Lei nos artigos em que tiver a necessidade", elogiou o quórum altamente representativo "me parece que é o maior quórum oficial que tivemos no Comitê" e colocou em votação o Projeto de Lei Específica do Sub-Comitê da Bacia Billings-Tamanduateí, **aprovado por unanimidade sob os aplausos da plenária.** Agradeceu a

todos que trabalharam, como Márcia Nascimento, Secretária Executiva do Sub-Comitê Billings-Tamanduateí representando segmento Governo do Estado de São Paulo/SMA, “quero fazer esse elogio em nome dela, mas a todos os que contribuíram, trabalharam, os técnicos do Estado, dos Municípios, da Sociedade Civil Organizada e seus representantes.” Márcia Nascimento agradeceu o reconhecimento, “como o Presidente falou foi uma vitória, com um trabalho de muitos anos, com a dedicação das pessoas do Sub-Comitê Billings, acho que é um exemplo, temos uma representação da Sociedade Civil Organizada, (...)e esse trabalho só foi possível por conta de todo esse conjunto, dessa gestão realmente tripartite que tivemos para conseguirmos uma Lei, é claro que tem as dificuldades, e necessidade de ser aperfeiçoada mas foi um grande avanço de gestão, de participação e de legitimidade do processo e do Comitê do Alto Tietê também. Meus parabéns a todos e realmente que o Comitê se fortaleça cada vez mais com participações como essa se qualificando cada vez mais para atingir seus objetivos que no Alto Tietê tem uma complexidade diferenciada do restante do Estado.” O Presidente também lembrou do grande apoio do Secretário Xico Graziano, “e as vezes a gente pega algumas figuras, mas que ninguém sinta-se excluído desse processo em minhas lembranças mas que se sintam incluídos no processo de nossa gratidão, a gratidão de todas as cidades que estão na região.” Raimundo Barbosa de Souza, representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade União das Vilas também expressou, “ Fico contente com o trabalho da Sociedade Civil Organizada ser reconhecido porque foi um ano de aprendizado, nesses quase dez anos de trabalho a gente aprendeu a compreender como é essa questão do impacto ambiental, há dez anos nós não conseguíamos falar com nossas entidades do Alvarenga especificamente dessa questão e hoje por conta de todo esse debate que participamos também no Sub-Comitê, depois aqui no Alto Tietê, conseguimos levar um pouco de informação para aquela população (...) acho que o grande trabalho para as apropriações na nossa região em termos da regularização urbana e ambiental, o que chamávamos simplesmente de regularização fundiária, acho que o trabalho vai começar a partir de quando essa Lei estiver em vigor“. **Homologada a proposta de Anteprojeto de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais do Reservatório Billings - APRM-B. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, no uso de suas atribuições, e Considerando o disposto na Lei Estadual nº 9.866 / 97, de Proteção aos Mananciais; Considerando a deliberação SCBH-BT Nº 01/2007, de 26 de abril de 2007, do Sub-Comitê Billings-Tamanduateí, que aprovou o Anteprojeto de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Reservatório Billings - APRM-B. Delibera Artigo 1º - Fica homologada a proposta de Anteprojeto de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais do Reservatório Billings - APRM-B, constante do Anexo I. Artigo 2º - Caberá ao Comitê do Alto Tietê - CBH-AT, por intermédio do Sub-Comitê Billings-Tamanduateí - SCBH-BT, o acompanhamento da tramitação da referida proposta, podendo inclusive realizar audiências públicas com o fim de aperfeiçoá-la. Esta Deliberação entrará em vigor nesta data. Assinado por Otávio Okano Secretário Executivo CBH-AT, Marco Antônio Palermo Vice-Presidente e Clóvis Volpi Presidente.**

Thiago Araújo representando segmento Municípios pelo Município de Cajamar e Gilson Guimarães representando segmento Governo do Estado de São Paulo SMA/DUSM apresentaram em síntese a minuta de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquery–APRM-AJ, cuja íntegra encontra-se na Ata completa. Foi esclarecido também, após ampla participação da plenária, que o material seria disponibilizado na rede da internet. Que as preocupações expressa pela representação do Município de Guarulhos quanto a fragilização da fiscalização dos Municípios na cercania, conforme disse Gilson Guimarães “o Município de Guarulhos, nenhuma de suas bacias, nem de limite hidrográfico nem de limite de município, não está na área do Sub-Comitê, então nesse ponto ficamos impedidos de fazer a proposta para lá, até se desejava que pensasse alguma coisa para o Tanque Grande, uma preparação que temos enquanto Lei de Mananciais original, enquanto DUSM, mas como o Sub-Comitê não tem atribuições nessa área não podemos entrar nem para estudar o Plano Diretor porque ele não faz parte, ficamos amarrados, agora, nada impede que guardemos essa preocupação para quando formos fazer a legislação, para ali procurar uma compatibilização e nada impede que possamos fazer no próximo PDPA a revisão desse parâmetro, acho que devemos guardar isso com carinho para compartilhar na oportunidade”. O Presidente solicitou registro e consideração. Foi esclarecido também que não havia como entrar nas questões relativas ao Rodoanel sem terem ainda um

Estudo de Relatório Ambiental. Que a sugestão de diálogo com o Comitê PCJ para que sejam feitas ações nas Bacias à montante quanto a carga de fósforo era relevante. Bonfílio Alves representando segmento Sociedade Civil Organizada Organizada-Instituto de Pesquisas de Ecologia Humana-IPEH registrou homenagem a toda equipe que trabalhou incansavelmente na elaboração da minuta e pelo empenho de todos, em nome da Prefeita Dra. Andréa Catharina Pelizari Pinto, Presidente do Sub-Comitê Juquery Cantareira e Prefeita do Município de Francisco Morato e do Prefeito de Caieiras Presidente do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Vale do Juquery-CIMBAJU, "especialmente à CPTI, IPT, Dr. Renato que coordenou brilhantemente esse trabalho pela Prefeitura de Cajamar, o Thiago que foi o ´formigão desses trabalhos, Gilson capitaneando a equipe da Secretaria de Meio Ambiente, Gilmara, Dardis pela Sabesp, o Juan que sempre nos apoiou, e estabelecendo a necessidade de intensificar os trabalhos que o Sub-Comitê Juquery-Cantareira já vem fazendo que é o GT Monitoramento Hidráulico não só a quantidade de água mas na qualidade e temos conseguido muita ajuda nisso e também com nosso Presidente e com certeza um ou outro tema que ainda carece de aperfeiçoamento serão objetos para o próprio Sub-Comitê, o próprio Comitê de Bacia e para as próximas instâncias a que essa Lei deverá ser submetida." O Presidente também prestou seu agradecimento a todos em nome do Comitê e colocou em votação, **por unanimidade e sob os aplausos da plenária foi aprovada a Lei Específica, e o texto da Deliberação do CBH-AT, nº 08 de 10/12/2007 Homologa a proposta de Minuta de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais do Alto Juquery - APRM-AJ. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, no uso de suas atribuições, e Considerando o disposto na Lei Estadual nº 9.866/97, de Proteção aos Mananciais; Considerando a deliberação SCBH-JC/AT Nº 03/2007, de 08 de outubro de 2007, do Sub-Comitê Juquery-Cantareira, que aprovou a Minuta de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquery - APRM-AJ . Delibera Artigo 1º - Fica homologada a proposta de Minuta de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquery - APRM-AJ, constante do Anexo I. Artigo 2º - Caberá ao Comitê do Alto Tietê - CBH-AT, por intermédio do Sub-Comitê Juquery-Cantareira - SCBH-JC/AT, o acompanhamento da tramitação da referida proposta, podendo inclusive realizar audiências públicas com o fim de aperfeiçoá-la. Esta Deliberação entrará em vigor nesta data. Assinado por Otávio Okano Secretário Executivo CBH-AT, Marco Antônio Palermo Vice-Presidente e Clóvis Volpi Presidente.**

O Presidente comunicou que após seu trabalho de visita aos Prefeitos e Consórcios nas sub-bacias do Alto Tietê haverá aporte financeiro extra, cerca de R$ 40 a 45.000, a partir de janeiro de 2008 para garantir a existência da Fundação Agência de Bacia do Alto Tietê até a efetivação da cobrança pelo uso da água. Que pretendia deliberar solicitando alguns dados para a cobrança à Secretaria de Meio Ambiente e a de Recursos Hídricos, porém "...tive o prazer de conversar nos bastidores. Nos bastidores a conversa é melhor, com nosso Secretário Adjunto e pessoalmente vamos conversar em uma reunião (...) com o Secretário Xico Graziano, possivelmente com a Dra. Dilma para tratar desse assunto de uma forma extremamente amistosa e carinhosa. Por quanto o Dr. Pedro tem aqui o mesmo sentimento que tem a Agência, os Municípios, o mesmo sentimento que eu tenho, e que a mesa tem, porque com certeza ninguém aqui é contrário a isso e vamos evidentemente dar uma resposta oficial à vocês, ou em uma próxima reunião que será marcada ou até via correspondência." Edmundo Garcia representando segmento Municípios - Município de São Paulo, solicitou incorporação dos programas Operação Natureza e Defesa dos Mananciais na atualização do Plano de Bacia. Valdir Ferreira, representando segmento Municípios-PMSP/Subprefeitura Capela do Socorro explanou brevemente as ações do Programa em Defesa dos Mananciais e solicitou exposição mais detalhada em vindoura reunião plenária. Domingos Sadalla Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental convocou a primeira reunião da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental para o dia 17/12/2007, segunda-feira 9:30h na Agência de Bacia e agradeceu ao Dr. Miron Diretor Presidente da Fundação Agência da Bacia que prontamente disponibilizou a Agência. Romildo de Pinho Campello representando segmento Sociedade Civil Organizada e Vice-Presidente do Sub-Comitê Cabeceiras relatou, "Presidente, seu comparecimento ao Sub-Comitê Cabeceiras provocou duas reações extremamente positivas, a primeira é que o Município de Santa Isabel e Guararema pediram para fazer parte do Sub-Comitê Cabeceiras e ficaram tão impressionados com sua presença e o trabalho que vem sendo feito, e gostaria de saber qual é o procedimento, talvez não seja para essa gestão mas para a próxima.

(...) Tenho uma carta em mãos assinada pelos prefeitos da região do Alto Tietê, Prefeito de Suzano, Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Santa Isabel e Salesópolis (...) pede Vossa colaboração junto ao Secretário Xico Graziano e aproveito a presença do Secretário Adjunto Dr. Pedro, para que nosso contrato do PDPA seja aceleradamente tramitado dentro do FEHIDRO porque foi aprovado depois de três anos de processos burocráticos, foi deliberado aprovado nessa plenária há mais de um mês atrás e ainda não conseguimos que fosse assinado para começarmos a trabalhar...” A Secretária Executiva informou que a Secretaria, Agente Técnico, estava aguardando a empresa. O Presidente disse “Vamos colocar em deliberação a solicitação do Romildo para as duas cidades, Santa Isabel e Guararema, vamos aprovar a emissão do ofício para que seja deliberado posteriormente. **Aprovado. Santa Isabel e Guararema vão fazer a solicitação por ofício e faremos a inclusão da discussão.” E também aprovou o calendário das reuniões plenárias do Comitê para 2008: 14/01, na pauta deliberação dos critérios e hierarquização dos projetos FEHIDRO, 18/02, 10/03 na pauta deliberação dos projetos FEHIDRO 2007/08, 07/04, 19/05, 09/06, 07/07, 18/08, 08/09, 13/10, 10/11 e 08/12, sempre às 13:30hs em local a ser definido sendo dado o retorno o mais rápido possível.**

Eduardo Coutinho, representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade Cataliza, informou sobre os trabalhos da COE-Comissão Organizadora Estadual da III Conferência do Meio Ambiente que ocorrerá de 14-16/03/2008 com o tema “Mudanças Climáticas”. Em setembro foi encaminhado um ofício da COE assinado pelo IBAMA para todos os Secretários dos Comitês de Bacia no Estado e para todos Municípios, ou seja as outras unidades gestoras estão se mobilizando para no prazo de até o final de fevereiro essas Conferências Macro Regionais ocorram, e no Alto de Tietê a notícia que tivemos é que o Município de São Caetano do Sul se manifestou interessado em sediar a Conferência do Alto Tietê.” Bonfílio Alves solicitou uma Comissão Organizadora para se juntar a COE sendo indicados Ceollo, Bonfílio Alves pelo Instituto Pesquisa em Ecologia Humana-IPEH, Prefeitura de São Caetano, e Gilmar Mangueira pela Avepema, e ainda o Senhor Bonfílio comunicou que iria disponibilizar na rede do Comitê solicitação de adesão e apoio à manifestação do Bispo Dom Luiz.

Cumprida a ordem do dia o Senhor Clóvis Volpi Presidente do Comitê deu por encerrada a reunião.

Eu, Maria Emília Botelho, como Secretária Executiva-Adjunta coordenei a presente Ata, que foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião, sendo que a Ata completa contém a íntegra desta reunião extraordinária.